



ACERVOS ESCOLARES E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA E EXTENSÃO NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL FERREIRA VIANA

Priscila Ribeiro Gomes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
priscila.gomes@unirio.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das experiências de pesquisa e extensão vinculadas à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, tendo como campo de investigação o Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana. Trata-se de uma escola criada no final do século XIX com um vasto acervo documental. Objetivou-se evidenciar a relevância dos espaços de memória na produção do conhecimento voltada à formação dos bolsistas de graduação do curso de Arquivologia, no que tange à relação teórico-prática, bem como o compartilhamento de saberes com alunos do ensino médio por meio da realização de oficinas, oportunizando uma aproximação com temas sobre memória, patrimônio e acervos escolares. Adotamos uma abordagem qualitativa, com destaque à pesquisa participante enquanto possibilidade de construção de saberes partilhados. Os resultados alcançados com as ações de pesquisa e extensão revelam a potencialidade dos acervos escolares nos processos formativos, evidenciando os diferentes usos dos documentos, apontando que para além do seu valor probatório e histórico, existe uma outra dimensão, que se configura no seu caráter pedagógico, o que faz dos espaços de memória lugares férteis para a produção de conhecimento, uma vez que os documentos constituem a existência desses espaços.

Palavras-chave: acervos escolares; memória; patrimônio.

COLECCIONES ESCOLARES Y PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO: COMPARTIENDO EXPERIENCIAS DE INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN EN LA ESCUELA TÉCNICA ESTATAL FERREIRA VIANA

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis de experiencias de investigación y extensión vinculadas a la Universidad Federal del Estado de Río de Janeiro, con especial atención al Centro de Memoria de la Escuela Técnica Estatal Ferreira Viana. Esta escuela, fundada a finales del siglo XIX, cuenta con un vasto acervo documental. El objetivo fue destacar la relevancia de los espacios de memoria en la producción de conocimiento para la formación de estudiantes becados de pregrado en Archivística, en cuanto a la relación teórico-práctica, así como a la compartición de conocimientos con estudiantes de secundaria a través de talleres, brindándoles la oportunidad de interactuar con temas relacionados con la memoria, el patrimonio y los archivos escolares. Se adoptó un enfoque cualitativo, priorizando la investigación participativa como una oportunidad para la construcción de conocimiento compartido. Los resultados obtenidos mediante acciones de investigación y extensión revelan el potencial de los acervos escolares en los procesos de formación, destacando los diferentes usos de los documentos e indicando que, más allá de su valor probatorio e histórico, existe otra dimensión, configurada en su carácter pedagógico, que convierte a los espacios de memoria en lugares propicios para la producción de conocimiento, ya que los documentos constituyen la existencia de estos espacios.



Palabras clave: colecciones escolares; memoria; patrimonio.

SCHOOL COLLECTIONS AND KNOWLEDGE PRODUCTION: SHARING RESEARCH AND EXTENSION EXPERIENCES AT THE FERREIRA VIANA STATE TECHNICAL SCHOOL

ABSTRACT

This article presents an analysis of research and outreach experiences linked to the Federal University of the State of Rio de Janeiro, focusing on the Memory Center of the Ferreira Viana State Technical School. This school, established in the late 19th century, boasts a vast documentary collection. The objective was to highlight the relevance of memory spaces in the production of knowledge for the training of undergraduate scholarship students in the Archival Science program, with regard to the theoretical-practical relationship, as well as the sharing of knowledge with high school students through workshops, providing an opportunity for them to engage with topics related to memory, heritage, and school archives. We adopted a qualitative approach, emphasizing participatory research as an opportunity for constructing shared knowledge. The results achieved through research and extension actions reveal the potential of school collections in training processes, highlighting the different uses of documents, indicating that beyond their evidentiary and historical value, there is another dimension, which is configured in their pedagogical character, which makes memory spaces fertile places for the production of knowledge, since documents constitute the existence of these spaces.

Keywords: school collections; memory; heritage.

COLLECTIONS SCOLAIRES ET PRODUCTION DE CONNAISSANCES : PARTAGE D'EXPÉRIENCES DE RECHERCHE ET DE VULGARISATION À L'ÉCOLE TECHNIQUE D'ÉTAT FERREIRA VIANA

RÉSUMÉ

Cet article présente une analyse des expériences de recherche et de vulgarisation menées par l'Université fédérale de l'État de Rio de Janeiro, en se concentrant sur le Centre de la mémoire de l'École technique d'État Ferreira Viana. Cet établissement, fondé à la fin du XIXe siècle, possède un vaste fonds documentaire. L'objectif était de mettre en évidence l'importance des espaces de mémoire dans la production de connaissances pour la formation des étudiants boursiers de licence en archivistique, en lien avec le lien théorique et pratique, ainsi que le partage de connaissances avec les lycéens à travers des ateliers, leur offrant l'occasion d'aborder des sujets liés à la mémoire, au patrimoine et aux archives scolaires. Nous avons adopté une approche qualitative, privilégiant la recherche participative comme moyen de construction de connaissances partagées. Les résultats obtenus grâce à la recherche et aux actions de vulgarisation révèlent le potentiel des collections scolaires dans les processus de formation, mettant en lumière les différents usages des documents, indiquant qu'au-delà de leur valeur probante et historique, une autre dimension, définie par leur caractère pédagogique, fait des espaces de mémoire des lieux propices à la production de connaissances, puisque les documents constituent leur existence.

Mots-clés: collections scolaires; mémoire; patrimoine.



INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de reflexões que vêm sendo aprofundadas em estágio de pós-doutoramento na área da educação, que tem como ponto de partida experiências de pesquisa e extensão, desenvolvidas nos anos de 2023 e 2024, que buscaram evidenciar a relevância dos espaços de memória, em especial, dos acervos escolares no processo de produção do conhecimento.

Pensar os arquivos numa perspectiva mais ampla nos coloca diante de uma pluralidade de olhares em que esses arquivos podem ser apresentados como: instrumentos potenciais nos processos de ensino e aprendizagem; arquivos enquanto manancial de informação para a historiografia educacional; arquivos escolares e relações com a cultura escolar; políticas arquivísticas aplicadas aos arquivos escolares; questões relacionadas à documentação narrativa; práticas de memória, dentre outros que expressem conexão com os referidos campos de conhecimento.

Desejando consolidar estudos no âmbito dos arquivos escolares, em 2019, foi criado o grupo de pesquisa (GP) Educação e Arquivos: experiências em contextos plurais - EducAr (CNPq/Unirio). Tem como objetivo propor interlocuções advindas de diferentes realidades, mas com foco nos entrelaçamentos de temas voltados para acervos, história da educação, memória, práticas educativas, dentre outros. Temas que possuíssem como fio condutor os documentos, aqui entendidos a partir de uma noção ampla, em conformidade com Meneses (1988), ao atribuir o termo objeto/documento a tudo aquilo que nos remete à noção de fonte histórica. Essa noção significa reconhecer no objeto sua função de documento, partindo de uma perspectiva em que reitera que o que faz do objeto um documento não é a carga latente e definida da informação que ele encerra, mas sim os procedimentos metodológicos atribuídos a ele durante a pesquisa. Sendo assim, a perspectiva deste trabalho pauta-se numa concepção que contempla o documento em suas diferentes dimensões e caracterizações, abrangendo documentos manuscritos, impressos, iconográficos, cartográficos, audiovisuais, documentos museológicos e também bibliográficos.

Enquanto docente sempre estive muito envolvida com projetos de ensino, pesquisa e extensão, os dois últimos com um olhar sensível voltado para a escola pública. Por meio da pesquisa e da extensão, várias atividades são realizadas e acabam por reatualizar projetos de ensino que versam sobre o tema dos arquivos escolares, servindo de material educativo para as aulas na graduação. Os projetos elucidados neste estudo estão cadastrados na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e intitulam-se como: “Ensinar e aprender nos



com/arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas”, de caráter extensionista; “Arquivo e Escola: reflexões sobre a contribuição da educação patrimonial na tessitura do conhecimento”, voltado para a pesquisa; e “Estudos sobre arquivos e educação: diálogos interdisciplinares”, vinculado ao componente curricular de seminário de pesquisa, configurando-se, portanto, projeto de ensino.

A finalidade dos projetos volta-se à difusão do arquivo escolar por meio de atividades educativas, entendendo o acervo escolar como espaço de aprendizagem. Nos estudos dos arquivos existem sete funções básicas: criação, classificação, avaliação, descrição, conservação, aquisição e difusão. Para fins desta proposta, nos deteremos à difusão. A difusão, como o próprio nome sugere, está relacionada ao ato de difundir informações, de ampliar possibilidades de a informação chegar aos cidadãos. No universo dos arquivos esta função, segundo Bellotto (2012), divide-se em três frentes: serviços editoriais, culturais e educativos. A intenção, por meio dos projetos, é levar ao conhecimento dos alunos o vasto manancial de informações guardadas nesses espaços de memória, neste caso, acervos escolares. Para isso, buscamos estratégias que fomentam a difusão cultural e educativa, por meio de práticas como: oficinas, palestras, visitas guiadas, produção de jogos patrimoniais, entre outros. A finalidade dessas ações educativas tem visado a estreitar os laços entre a comunidade escolar e a história da escola, tendo como fio condutor memórias escolares, despertando para o senso de identidade e pertencimento escolar.

Logo, o estudo realizado tem por objetivos, a partir das experiências vivenciadas, especificamente em projetos de pesquisa e extensão, refletir sobre acervos escolares enquanto espaços de memória e de produção de conhecimento, bem como compartilhar parte das atividades desenvolvidas por meio dos projetos, destacando possibilidades de educar com/para o patrimônio. O corpus da análise situa-se sobre os documentos/objetos custodiados no Centro de Memória Escolar José do Patrocínio, que pertence à Escola Técnica Estadual Ferreira Viana (ETEFV), uma escola de educação básica, que atende jovens que cursam o nível médio com formação técnica.

Como caminho para a pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2004), encontra ressonância no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O percurso do trabalho desenvolvido, baseado nas experiências de pesquisa e extensão, destacou a importância da pesquisa participante, enquanto possibilidade investigativa que aspira a participar de



processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente, segundo Brandão e Borges (2008).

A pesquisa ocorreu no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana e envolveu algumas análises acerca da produção de conhecimento em espaços de memória, a partir do desenvolvimento de dois projetos, especificamente – de pesquisa e extensão, que contaram com a participação de alunos de graduação do curso de Arquivologia, e alunos participantes de turmas do ensino médio.

A Escola Técnica Estadual Ferreira Viana está localizada na capital do Rio de Janeiro, no bairro do Maracanã, e é uma das unidades pertencentes à Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, criada em 1997. A rede Faetec, como é nomeada, está voltada à oferta de ensino médio técnico, formação inicial e continuada, qualificação profissional e educação superior.

A escola possui um Centro de Memória chamado José do Patrocínio, criado em 2005, com o intuito de preservar, organizar e catalogar o acervo documental da instituição de ensino para uso escolar e, também, de pesquisadores internos e externos à instituição. Tal escolha se deu devido às ações que vêm sendo desenvolvidas nesta instituição de ensino, viabilizadas por meio de projetos de pesquisa e extensão vinculados à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O Centro de Memória conta com um vasto manancial de informações, incluindo documento textual, iconográfico, cartográfico, e ainda o mobiliário de diferentes períodos, pois trata-se de uma escola centenária, que remonta ao final do século XIX, mais precisamente ao ano de 1888, com a denominação de Casa São José. Criada no contexto de abolição da escravidão¹ por Antônio Ferreira Vianna, patrono da escola, que à época ocupava o cargo de Ministro da Justiça, e responsável por redigir a Lei Áurea. Não por acaso, o Centro de Memória recebeu o nome de José do Patrocínio, em homenagem a um grande abolicionista.

A escola criada, inicialmente, em regime de internato, tinha como objetivo receber e educar crianças órfãs e filhos de ex-escravos, buscando oferecer ensino primário e atividades voltadas para trabalhos manuais.

Tal instituição escolar passou por diversas modificações, estruturais e de nomenclatura, levando em consideração, principalmente, conjunturas políticas de cada época, o que pode ser

¹ No campo dos estudos da História, destaca-se que, embora, a abolição tenha extinguido juridicamente a escravidão, não garantiu condições reais de inclusão às pessoas negras libertas. Constituído-se num processo inacabado, como uma “suposta invenção da abolição”, uma vez que não se consolidou plenamente no âmbito das transformações sociais.



facilmente percebido ao nos depararmos com o quadro de cronologia (figura 1). Esse quadro de cronologia é um instrumento de trabalho relevante, pois os documentos são identificados a partir da leitura e do entendimento desse instrumento, que destaca a nomenclatura da instituição em diferentes fases de mudança política.

A grande variedade do acervo da ETEFV, tendo em vista a longa existência, poderá demonstrar o ponto que, aqui, buscamos revelar quanto à importância do arquivo escolar para a construção de um saber, não só escolar, mas também cultural e patrimonial, com vista também à viabilização do aumento de acesso em torno desses acervos sob a guarda da instituição de ensino, apontando-o como mais um caminho para a produção de novos saberes.

FIGURA 1 – Linha cronológica fixada no mural do centro de memória para auxiliar na identificação dos documentos



Fonte: Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.

ACERVOS ESCOLARES: DA MEMÓRIA À PRODUÇÃO DE SABERES

Quando tratamos de documentação escolar, estamos nos reportando a uma memória que se constitui por toda uma comunidade de sujeitos escolares: pais, alunos, diretores, professores, funcionários e entorno. Tratar da memória escolar é rememorar a história da escola. Uma história marcada por diferentes culturas, e consequentemente, por diferentes formas de ensinar e aprender que circulam em diferentes tempos, deixando marcas e produzindo sentidos nos sujeitos que vivem esses tempos. Afinal, o tempo da escola não é linear, e isso se reflete na cultura, que passa a se manifestar de diferentes formas, muito influenciada por contextos



externos, vinculados, principalmente, ao meio político, social e econômico. É um tempo, conforme destaca Viñao Frago (1995) concebido como diverso e plural, permeado por relações conflituosas, construídas ao longo da história.

O estudo da cultura escolar requer observação minuciosa do cotidiano das práticas de acordo com o recorte temporal a ser investigado. Segundo Miranda (2007, p. 41), trabalhar com a cultura escolar pressupõe:

Uma imersão nos processos de construção e reelaboração do conhecimento difundido e modificado no espaço escolar, de modo a compreender as práticas, as relações cotidianas, as tradições curriculares, a organização do espaço escolar e a cultura material, e demanda uma opção metodológica voltada para a observação etnográfica associada à análise documental.

Nesta perspectiva, Bonato (2005) destaca que os arquivos escolares, por meio de fontes documentais, possibilitam levantar dados para a pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade escolar, representando um patrimônio cultural documental que integra a memória da instituição e da comunidade escolar e a memória educacional brasileira. A autora sinaliza possibilidades de os arquivos escolares constituírem fonte e objeto de pesquisa. Esta ideia é reforçada por Vidal (2005a, p. 71), ao enfatizar o uso de arquivos escolares como arcabouço metodológico em investigações, principalmente no campo da história da educação “Os arquivos [...] vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico”.

Não basta apenas a criação de um espaço de memória por parte da instituição escolar. São necessárias medidas para que esse espaço assuma seu real valor e potencial, como salienta Maria João Mogarro (2005, p. 114):

[...] a tarefa de recuperar, preservar, estudar e divulgar o patrimônio educativo, nomeadamente os arquivos escolares, adquire um novo sentido e urgência, que passa pela necessidade de definir orientações e dar consistência ao movimento que hoje se faz sentir, tanto em nível social como científico, sobre a escola, a sua história e memória.

A criação de acervos escolares é de fundamental relevância não apenas para a preservação da memória escolar mas, associada a ela, a manutenção de práticas de ensino e aprendizagem que podem surgir a partir desses espaços, valorizando o patrimônio histórico-educativo.

Rodrigues e Gomes (2021) reiteram que a educação patrimonial é uma ação educativa que visa, valendo-se de metodologia específica, utilizar o objeto cultural, como um arquivo,



enquanto instrumento de ensino e aprendizagem para os sujeitos. A educação patrimonial promove a conscientização da sociedade sobre a importância do patrimônio ao estimular a ideia de preservação e fortalece sentimentos de identidade e cidadania.

Vale lembrar que os acervos arquivísticos escolares guardam conteúdos informacionais que podem ser utilizados em diversas disciplinas, como ressalta Gil (2012), ao realizar um estudo a partir do currículo de História. Ou seja, existe a possibilidade de explorar práticas pedagógicas, nos documentos que são produzidos e recebidos pela própria escola, e que constituem a memória escolar. Desse modo, segundo a autora “[...] os arquivos escolares se colocam como mais uma fonte possível de ser interrogada pela história, construindo e desconstruindo o conhecimento ao sabor de novas hipóteses” (Gil, 2012, p. 5).

Seguindo este pensamento, Gonçalves (2008, p. 79) reforça o lugar dos arquivos escolares no que tange à história da escola e, também, da comunidade, enfatizando o quanto os estudos desses acervos precisam ser explorados: “[...] o arquivo escolar é apontado como uma das bases de fontes documentais – tomando-se as devidas precauções de acesso aos documentos, tanto técnicas quanto legais e éticas – que viriam a subsidiar esse trabalho”.

Para além das questões legais, de direitos e deveres, os acervos escolares cumprem também uma função pedagógica. Gil (2012), ao enfatizar a relevância dos acervos escolares para o ensino da história, nos conduz a reflexões sobre quantos temas curriculares podemos explorar por meio desses espaços de memória, sobre o quanto podemos fazer uso das fontes históricas produzidas pelas instituições escolares nos processos de ensino e aprendizagem.

Reitera-se a importância dos acervos escolares nas práticas educativas, destacando o quanto ações de pesquisa e extensão advindas do ambiente acadêmico podem ajudar a promover a aproximação da comunidade escolar aos arquivos, por meio de atividades que busquem despertar sentidos de valorização do patrimônio educativo.

No contexto dos arquivos, abre-se uma gama de possibilidades a ser explorada não apenas dentro da escola, mas também em outros espaços. Começando por instituições de ensino, vale destacar a necessidade da prática da organização documental por meio de acervos escolares que, segundo Moraes (2004, p. 16), podem ser considerados também “[...] celeiros da história e constituem lugares especiais para a aprendizagem das diferentes disciplinas do ensino fundamental e médio”.

Infelizmente, no Brasil, tal prática ainda é incipiente, muito provavelmente pelo lugar “invisibilizado” que arquivo ocupa nas ordens de prioridades, quando constatamos a ausência de profissionais da área para atuação nesses espaços, aliado à falta de conhecimento teórico e prático dos sujeitos que lidam com a documentação escolar, cotidianamente. Normalmente,



são secretários escolares, que muitas vezes por não (re)conhecerem o potencial dos arquivos, utilizam a expressão que conhecemos como arquivo morto. Ora se é morto, por que preservamos? Este é o primeiro pensamento que surge quando uma pessoa que não tem conhecimento da área lida com a documentação escolar. Talvez, por isso, a realidade encontrada nas escolas seja tão bem descrita por Rosa Fátima de Souza (2013, p. 205), ao debater em artigo a situação da preservação do patrimônio histórico escolar no Brasil.

Amontoados em porões, debaixo de escadas, em salas apertadas, distribuídos ao acaso em armários e caixas, descuidados e sem interesse, documentos, quase sempre administrativos, além de coleções de instrumentos científicos, livros didáticos, móveis antigos, troféus, medalhas, entre outros objetos, sobrevivem a intempéries, goteiras, condições de insalubridade, falta de identificação, organização e armazenamento adequado na maioria das escolas.

Há que fazer um trabalho cuidadoso no sentido de enfatizar que arquivos são mananciais riquíssimos de informações, dotados de “vitalidade informacional”, e incentivar o desenvolvimento de mecanismos de preservação e acesso às informações que contêm, conforme destacam Pereira e Gomes (2023, p. 351):

[...] vítimas constantes do descaso, tais acervos, ainda hoje, são recorrentemente chamadas de ‘arquivo morto’. A falta de um plano de organização [...] bem como a ausência de políticas públicas, são os exemplos de relatos mais comuns no que diz respeito às condições desses acervos.

Ainda sobre este assunto, Vidal (2005b) reitera a importância de falarmos sobre arquivos na educação, em especial, sobre políticas de preservação e descarte nos arquivos escolares, pois, infelizmente, a visão que temos de arquivo escolar ainda está muito voltada para questões jurídico-administrativas. Porém, o arquivo escolar está além de suas atividades-meio e deve prezar também pela custódia de atividades-fim. Isso quer dizer que devemos preservar documentos/objetos oriundos das práticas escolares, como: avaliações, cadernos, fichas de professores, diários, mobiliários, entre outros produzidos no cotidiano escolar, e que nos remetem a culturas escolares distintas, fornecendo muitas vezes pistas para compreensão da história da educação e, também, de processos de escolarização como reforça Vidal (2005b, p. 16-17).

Tomados em sua materialidade, esses objetos permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, a partir de uma análise dos enunciados e das respostas; mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola. Assume destaque, por exemplo, a maneira como o espaço gráfico



da página de exercício, do caderno ou da prova é organizado; utilizando-se de fórmulas indicativas de início ou encerramento de atividades ou dia letivo; definindo uma hierarquia de saberes... [...] esses objetos culturais e muitos outros, individuais e coletivos, necessários ao funcionamento da aula trazem as marcas da modelação das práticas escolares, quando observados na sua regularidade. Mas portam índices das subversões cotidianas a esse arsenal modelar, quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar vestígios de como os usuários lidam inventivamente com a profusão material da escola e das mudanças, às vezes imperceptíveis, que impetram nessas mesmas práticas escolares.

Logo, os trabalhos com/nos acervos escolares voltam-se para um campo bastante produtivo, porém é necessária ampliação e entendimento de seu significado, principalmente por meio daqueles que lidam diretamente com a documentação, entendendo que não basta deixar amontoados os documentos numa sala. Os documentos devem estar minimamente organizados e preservados para que possam ser compreendidos em uma lógica/contexto escolar da qual surjam possibilidades de pesquisa e produção de conhecimento.

BREVES REFLEXÕES SOBRE ARQUIVOS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Uma vez que enfatizamos a relevância de acervos escolares voltados para práticas educativas por meio de uma educação para/com o patrimônio, fazem-se necessárias reflexões sobre patrimônio. Ao discorrer sobre o assunto, Gil (2012, p.3) destaca que:

A palavra patrimônio é de origem latina –*patrimonium* – e se refere a tudo que pertencia a um pai, “herança paterna” ou propriedade herdada do pai ou dos antepassados. Está, portanto, presente em muitas sociedades numa dimensão jurídica).

Remetendo-nos à noção de patrimônio e educação patrimonial, tomamos como empréstimo a definição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para o qual a noção de patrimônio relaciona-se à materialidade e à imaterialidade, ou seja, nem sempre o patrimônio está diretamente associado ao tangível, podendo também estar na dimensão do intangível. O grande equívoco que percebemos por parte da sociedade ainda diz respeito à forma referente ao entendimento do conceito de patrimônio. Na maioria das vezes este conceito está fortemente enraizado na materialidade dos monumentos/documentos. Porém, para além destes, existe um valor simbólico atrelado ao conceito de patrimônio, principalmente se tomarmos como elemento principal a dimensão cultural. Se investigarmos, encontraremos preocupação, no IPHAN, no que tange à educação patrimonial.



Pensando em educação atrelada ao patrimônio, consideramos pertinente a definição dada por Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 6), em que a educação patrimonial consiste em:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Neste sentido, entre os diversos patrimônios existentes, buscamos estudar a função social dos arquivos, enquanto patrimônio cultural, salientando o quanto estes podem contribuir para as práticas educativas, visando ao fortalecimento cultural, principalmente no processo de escolarização, em que por meio de um movimento dialógico e coletivo, todos os participantes sejam indispensáveis ao processo de construção do conhecimento.

Ao falarmos do arquivo como patrimônio, cabe ressaltar que bem diferente da realidade de outros países, principalmente, de origem europeia, o Brasil tardiamente começou a se preocupar com a ideia de arquivo como patrimônio. Podemos ratificar o que foi dito, se tomarmos como base a Constituição de 1946, como texto legal que apresenta o arquivo como patrimônio histórico. Ressaltam Costa e Fraiz (1989, p. 69):

O texto constitucional de 46 foi o primeiro a considerar a documentação de valor histórico como um bem a ser protegido pelo poder público. Até, então, pela Constituição de 37, o patrimônio histórico era constituído apenas de 'monumentos históricos e naturais, assim como as paisagens e os locais particularmente dotados pela natureza'.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística² encontramos as seguintes definições para arquivo: 1- Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; 2- Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso aos documentos; 3- Instalações onde funcionam arquivos; e 4- Móvel destinado à guarda de documentos.

² Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005).



Quando nos remetemos ao arquivo, estamos nos reportando também ao direito de acesso à informação, ou seja, às memórias contidas nos documentos — direito de todo cidadão.

Conforme Costa e Fraiz (1989) a França foi o primeiro país que legislou especificamente sobre o direito ao acesso à informação. A lei de 25 de junho de 1794 determinava que os arquivos fossem abertos aos cidadãos franceses. Porém, cabe ressaltar que constitucionalmente este direito já era concebido desde 1766 na Suécia.

No Brasil, a preocupação com o acesso às informações se deu um pouco mais tarde. Podemos dizer que, aproximadamente, dois séculos depois da Suécia é que vamos ver nos textos legais a menção ao direito à informação. Demora atribuída, principalmente, ao temor de democratizar a informação.

Cada indivíduo possui estoques de conhecimento que podem ser aumentados se levarmos em consideração as oportunidades de acesso às informações. Logo, se as condições de acesso são mínimas, proporcionalmente mínimo será o estoque de conhecimento. E o perigo reside justamente nesse ponto, como salienta Barreto (1994). O autor enfatiza que quem detém a propriedade dos estoques de informação determina sua distribuição, condiciona, potencialmente, a produção do conhecimento. Os produtores de informação não podem dizer ao indivíduo o que pensar, mas podem induzir sobre o que pensar.

Consideramos ser relevante para este estudo alguns apontamentos sobre os entrelaçamentos entre arquivo, memória e educação, a partir das ideias de Lefort (1991, p. 9), sobre os limites do viés político:

[...] não seria antes forçoso admitir que toda definição, toda tentativa de fixar a essência do político entrava o livre movimento do pensar e que este, ao contrário, só se sustenta com a condição de não prejudicar os limites do político, de consentir numa exploração cujos caminhos não são de antemão conhecidos?

Sobre este assunto, retomar um ponto que muito nos inquieta. Várias vezes ouvimos pessoas referindo-se aos lugares de memória (Nora, 1993) como sendo espaços apenas políticos e de perpetuação do poder. Realmente, se levarmos em consideração o valor político e estratégico da informação, até podemos contemplar o arquivo como um *locus* privilegiado por lidar com a informação, num formato intencional. Porém, se visualizarmos o arquivo apenas pela dimensão política que é intrínseca a ele, como poderemos almejar novas possibilidades de dialogar com outras áreas, na tentativa de contribuir e produzir conhecimento? Nessa lógica, ficamos presos a um pensamento estanque, que nos cega diante de novas possibilidades de olhar



esse espaço, a partir de outros ângulos, que permitam tecer novos fios, sem deixar de lado os primeiros pontos tecidos.

Queremos dizer com isso que, refletindo sobre esse assunto, procuramos nos voltar para as orientações de Ginzburg (1989), em exercício de ver o arquivo por meio de uma perspectiva não estática, e sim em movimento. Entendemos que o instituído e o instituinte podem conviver numa relação dialética de resignificação, quando é não preciso excluir nem um, nem outro. Não é o instituído ou o instituinte, e sim instituído e instituinte na mesma trama e, a partir dessas percepções, construímos nossas práticas, sem fechar os olhos para o que está ao nosso redor, mas também sem deixar que isso impeça os nossos fazeres.

Neste movimento, nos propusemos a olhar para o arquivo, perspectivando o trabalho com memórias, contidas nesse espaço de conhecimento, de modo a contribuir no processo educacional dos sujeitos, oferecendo-lhes a possibilidade de avançar para um senso maior de cultura e identidade.

Segundo Le Goff (1990) a memória é elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, e na febre e na angústia. Outra definição que se aproxima de Le Goff está nos escritos de Michael Pollak (1992). Segundo este autor, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Neste sentido, tomamos a memória como um fenômeno construído historicamente, sofrendo interferências advindas de conflitos sócio-políticos. Seguindo esta perspectiva, a chamamos também de memória patrimonial, construída a partir de negociações cotidianas da cultura na coletividade, e que implica a construção de um discurso para a posteridade. A partir desse olhar podemos dizer, então, que a memória é cultural e, também, um instrumento da cultura, por isso sua importância quando falamos em identidade(s), pois a memória se dirige contra o esquecimento e é parte constituinte do sujeito, estando associada, portanto, ao processo de formação de cada um.

Na tentativa de redimensionar o arquivo como espaço de memória voltado também às práticas educativas, dialogamos com vários autores, entre eles, Martins (2008, p. 8), para quem a vinculação entre memória e educação parece ser algo comum, dada a capacidade intrínseca da memória como atributo cognitivo e a importância que tem para a educabilidade do sujeito.

Com foco nesse sentido, promovemos experiências que conjugassem espaços de memória e educação, acreditando ser possível a aproximação com a história da escola por meio



de práticas de educação com/para o patrimônio, contribuindo para o fortalecimento da identidade escolar e a construção da consciência de preservação entre participantes.

EM BUSCA DE EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS: CONTEXTUALIZANDO O ENCONTRO

As conversas iniciais sobre possíveis atividades a serem realizadas na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana começaram a ser conjecturadas num encontro *online*, que ocorreu ainda no período da pandemia da Covid-19. À época, como não podíamos realizar atividades presenciais, elegemos como alternativa dar continuidade aos projetos de extensão por meio de rodas de conversa vinculadas também ao grupo de pesquisa EducAr (CNPq). Foi um período de grandes trocas de experiências. Chamávamos um convidado e, após a apresentação que o convidado fazia, possibilitávamos a fala de participantes — alunos, profissionais e interessados na temática. Uma dessas falas foi a da professora Karina Navarro, coordenadora do Centro de Memória José do Patrocínio. Karina contextualizou brevemente a história da escola e relatou a situação do referido Centro de Memória propondo, ao final, parceria entre a universidade e a escola. Porém, por estarmos em período de pandemia, naquele momento era inviável que pudesse ocorrer alguma ação, fosse de pesquisa ou extensão. Passado o período da pandemia, a coordenadora voltou a fazer contato, momento, então, em que se fez um plano de atividades para seleção de bolsista de iniciação científica, bem como de extensão. Além de bolsistas PIBIC e de extensão vinculados à Unirio, nossa parceria contou, também, com bolsistas de iniciação científica de nível médio, chamados de bolsistas de iniciação científica júnior, vinculados ao CNPq, que entraram a partir de edital divulgado pela Universidade. Essa possibilidade de bolsa é bastante interessante, pois oportuniza ao aluno de ensino médio adentrar no universo da pesquisa que, em diálogo com alunos da universidade, troca conteúdos, aprimorando, uns e outros, determinados conhecimentos, o que propicia experiências teóricas e práticas.

CARACTERIZANDO O CENTRO DE MEMÓRIA JOSÉ DO PATROCÍNIO

O Centro de Memória José do Patrocínio localiza-se na sala 133, no segundo andar da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, no bairro do Maracanã, Rio de Janeiro. O Centro de Memória conta com duas salas. Uma delas onde fica custodiada a documentação e, outra, destinada ao trabalho da coordenação do Centro, junto com os bolsistas. Esta sala conta com



computadores e *scanner*, bem como material para realização de parte do trabalho desenvolvido. Além disso, faz parte também do Centro de Memória, um corredor com estantes envidraçadas com objetos museológicos utilizados ao longo do tempo.

FIGURA 2 – Entrada principal da sala do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, denominado José do Patrocínio



Fonte: Foto registrada pela equipe no ano de 2023.

FIGURA 3 – Corredor que integra o Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana. Contém parte do acervo museológico

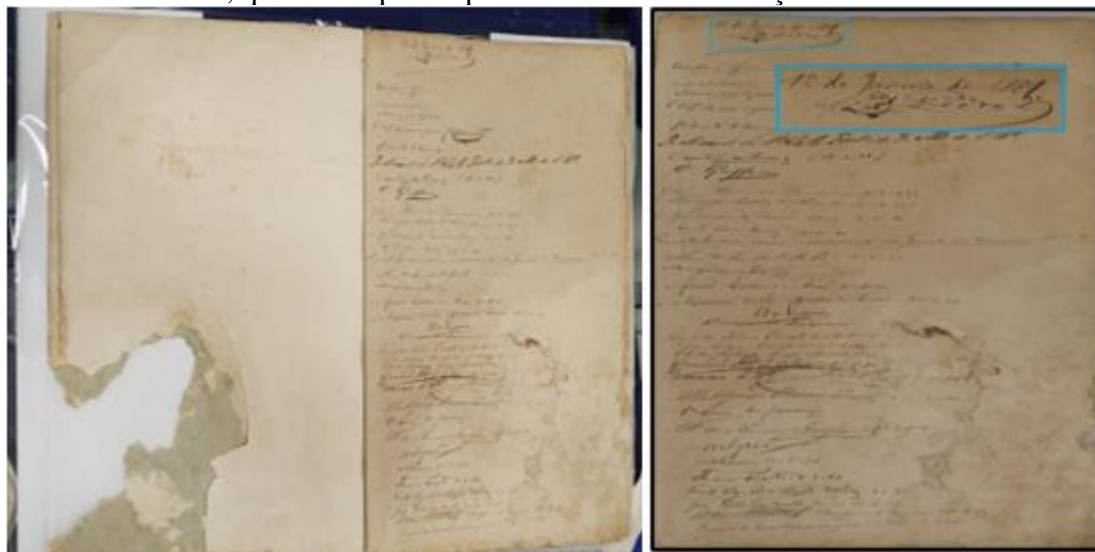


Fonte: Foto registrada pela equipe no ano de 2023.

O acervo do Centro de Memória possui uma diversidade de fontes históricas, caracterizadas de formas distintas. Em relação ao suporte papel, observamos documentos caracterizados como textuais — manuscritos, datilografados ou impressos. Na figura 4, temos um exemplo de documento manuscrito, datado de 1889, que faz referência ao livro de visitantes da escola, à época, Casa de São José, tendo como um dos ilustres visitantes, Dom Pedro II, cuja assinatura está em destaque.



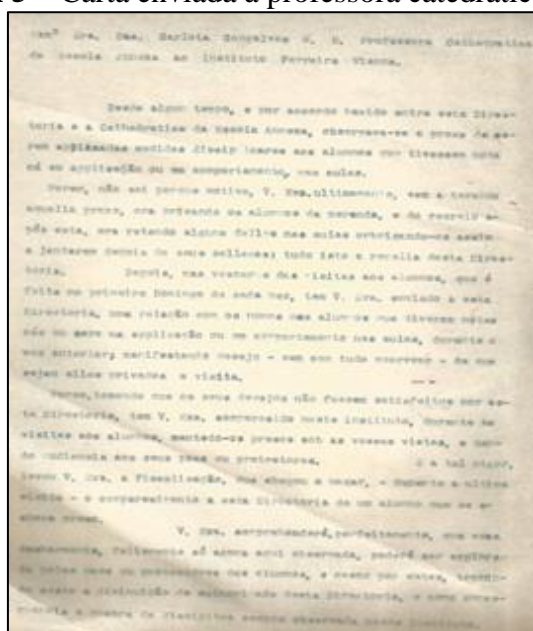
FIGURA 4 – Livro de visitantes de 1889. Com destaque, a assinatura de Dom Pedro II, que foi ampliada para facilitar a visualização



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.

Tal documento exige um certo conhecimento paleográfico, em virtude do formato da letra e, também, da ortografia vinculada à época. O documento encontra-se em estágio de cuidados, pois apresenta-se desgastado pelos agentes físicos, químicos e biológicos. Na figura 5, temos um documento datilografado, que remonta aos anos de 1916, período em que a escola mudou de denominação para Instituto Ferreira Viana. Trata-se de uma correspondência enviada à professora catedrática, Carlota Gonçalves, versando a respeito de medidas disciplinares com os alunos.

FIGURA 5 – Carta enviada à professora catedrática em 1926



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.



Dando continuidade à caracterização do acervo, podemos inferir que os documentos iconográficos estão presentes em sua variedade, com registros de imagens em preto e branco e coloridas, conforme figura 6. A imagem retrata uma turma de alunos meninos com uniforme da época, muito semelhante à vestimenta militar, não por acaso, pois remonta ao ano de 1966, período em que o regime da ditadura militar já havia se instaurado no país.

FIGURA 6 – Fotografia de uma turma de meninos, datada de 1966



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.

Vale lembrar que o acervo se caracteriza também na sua dimensão museológica, ou seja, por meio de documentos no formato de objetos que retratam parte da cultura material em diferentes tempos. Temos, como um dos exemplos, material médico e odontológico utilizado para cuidar dos alunos. Esses documentos/objetos nos remetem ao período higienista, movimento de forte influência no final do século XIX e início do século XX, marcado pela preocupação com a saúde pública, buscando estimular hábitos de higiene. Escolas eram um espaço de muita atuação para essas reformas higienistas. Observe-se a figura a seguir.



FIGURA 7 – Objetos médicos e odontológicos utilizados no período higienista



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.

Nas estantes com objetos museológicos que compõem o acervo do Centro de Memória, encontramos também a exposição de equipamentos utilizados nas aulas voltadas ao conhecimento técnico, como é o caso do motor a explosão em corte frontal.

FIGURA 8 – Motor a explosão em corte frontal



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.



Esses foram apenas alguns exemplos, mas vale dizer que existem vários documentos/objetos que se enquadram nessas diferentes caracterizações, incluindo a dimensão dos documentos biblioteconômicos.

Portanto, segundo a definição de Gomes (2024), o Centro de Memória configura-se como um espaço que abriga documentos provenientes de arquivos, museus e bibliotecas, considerados patrimônio escolar devido ao valor histórico e probatório que demonstram, além de apresentar finalidade pedagógica em seu bojo.

INICIANDO PRÁTICAS DE PESQUISA NO CENTRO DE MEMÓRIA JOSÉ DO PATROCÍNIO

As experiências de pesquisa são vivenciadas por bolsistas de iniciação científica PIBIC e iniciação científica júnior. Os primeiros relacionam-se a estudantes do curso de Arquivologia; os segundos referem-se a alunos que cursam o ensino médio na escola em que acontece os projetos, iniciando-se no campo da pesquisa. Para as duas modalidades organizou-se um plano de estudos contextualizando a problemática, com objetivos definidos, com a metodologia a ser aplicada nas pesquisas, bem como a fundamentação teórica basilar das atividades empreendidas.

Atualmente, no âmbito da pesquisa, estamos desenvolvendo dois planos de estudos, que se inserem nas possibilidades de investigação de um projeto amplo, já citado anteriormente: “Arquivo e Escola: reflexões sobre a contribuição da educação patrimonial na tessitura do conhecimento”. A partir desse projeto surgiram planos de estudos – “Arquivos, sujeitos e memórias: as fontes de pesquisa na/para a história da educação”, que se relaciona aos bolsistas de graduação (PIBIC); e “O centro de memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana: um espaço para o desenvolvimento de práticas em pesquisa”, voltado aos alunos do ensino médio (PIBIC Jr.)

Os planos de estudos de iniciação científica previram realizar, primeiramente, um diagnóstico da documentação, o que disse respeito ao levantamento acerca de fontes de pesquisa ainda não identificadas. Para tanto, realizou-se um trabalho cuidadoso, com uso de equipamentos de proteção individual, bem como equipamentos próprios para manuseio da documentação que, em muitos casos, encontra-se em condições bastante comprometidas, devido ao tempo de criação do documento, somado aos desgastes associados a agentes físicos, químicos e biológicos.



Grande parte da documentação que se encontra ainda sem tratamento está acondicionada em caixas, disponibilizadas em prateleiras de estantes. Após um trabalho de levantamento, elegemos as caixas que serão primeiramente identificadas. Iniciamos as atividades de pesquisa, com uma breve higienização dos documentos, pois muitos estão empoeirados e ainda grampeados, o que causa manchas de ferrugem, danificando os documentos. Removemos com muita cautela os resíduos e realizamos a higienização, de acordo com técnicas apropriadas e recursos disponíveis.

Após essa etapa, seguimos para a próxima, que consistiu na identificação dos documentos. Segundo dicionário de terminologia arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 104) essa etapa compreende “[...] o processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”. De forma bem resumida, finalizada essa etapa, os bolsistas iniciaram a fase de inserção de dados no sistema, por meio de uma planilha que funciona como espécie de banco de dados (catálogo), no qual inserimos informações relevantes sobre o documento, de modo a facilitar sua busca. A última etapa consistiu na digitalização dos documentos. Momento em que o documento é convertido para o formato digital, por meio de *scanner* ou equipamento fotográfico. Trata-se de uma fase muito importante, pois amplia possibilidades de acesso à informação, além de favorecer a preservação do documento original, uma vez que o documento pode ser acessado por outros meios, viabilizando a pesquisa e, em consequência, a democratização do conhecimento.

Vinculado ao Centro de Memória encontramos também o Laboratório de Conservação de Documentos que visa, de forma muito inicial, porém necessária, ao trabalho voltado a pequenos reparos nos documentos, a fim de que por meio dessas ações haja “sobrevida” maior do documento.

FIGURA 9 – Alunos de graduação e ensino médio restaurando documentos



Fonte: Registrada pela equipe (2024).



FIGURA 10 – Resultado de ação de restauração realizada por alunos de graduação e ensino médio



Fonte: Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.

Vale lembrar que, visando complementar suas práticas e algumas lacunas deixadas ao longo da história, os bolsistas desenvolvem atividades de pesquisa voltadas para consultas na hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional. Como mencionado anteriormente, além do acervo documental escrito, o Centro de Memória guarda um acervo material com objetos museológicos bem vasto, sendo também função dos bolsistas catalogar e inserir informações no banco de dados, uma vez que esses objetos também são considerados documentos escolares. Desse modo, todos os documentos museológicos foram sendo cadastrados por meio de fichas, contendo várias informações relevantes sobre as características do documento. Para exemplificar, apresentamos a ficha de cultura material escolar referente ao motor a explosão em corte frontal, que traz informações como localização, número do patrimônio, função didática do objeto, intenção com que foi criado, data de aquisição.

FIGURA 9 – Ficha de levantamento de cultura material escolar

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA					
FICHA PARA LEVANTAMENTO DE CULTURA MATERIAL ESCOLAR					
UNIDADE DE ENSINO ETEFV					
NOME DO OBJETO (e seu apelido na comunidade escolar) Motor de explosão em corte frontal					
LOCALIZAÇÃO (onde o objeto se encontra, inclusive prateleira) Estante 1 – Prateleira D / Centro de Memória					
MODELO	FABRICANTE (como se escrevia na época)	FORNECEDOR (como se escrevia na época)	DIMENSÕES: A x C x P (começar sempre pela altura)	FUNÇÃO PRIMÁRIA (para a qual foi criada)	FUNÇÃO DIDÁTICA (para a qual serviu à unidade)
Reduzido	Sociedade Técnica Instrumental Ltda.			Material demonstrativo para ver como o motor funciona	Material demonstrativo para ver como o motor funciona
INSCRIÇÕES (no corpo do objeto)	DATA DA FABRICAÇÃO	DATA DA AQUISIÇÃO	MODO DE AQUISIÇÃO (compra, comodato, empréstimo, doação ou <u>outra</u>)	Nº DE PATRIMÔNIO (todos os patrimônios, quando houver)	OBSERVAÇÃO HISTÓRICA
Nº do Patrimônio				04079	
Logo do Fabricante					

Fonte: Acervo do Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana.



Para facilitar o entendimento, elencamos as principais ações que foram efetuadas pelos bolsistas ao longo desses dois anos:

QUADRO 1 – Síntese das atividades realizadas por meio do projeto de pesquisa

Diagnóstico do acervo
Identificação e higienização dos documentos
Inserção de informações no banco de dados de documentos textuais
Identificação dos documentos iconográficos de acordo com critérios cronológico e temático
Inserção de informações no banco de dados referente aos documentos iconográficos
Preenchimento de ficha catalográfica do acervo material
Inserção de informações do acervo material no banco de dados
Preenchimento de ficha catalográfica do acervo material
Realização de pesquisa complementar no Banco de Dados de Periódicos – Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional
Digitalização dos documentos para acesso

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Vale ressaltar, a fim de fornecer maiores detalhes, que as atividades realizadas pelo projeto foram iniciadas a partir da caixa documental de número 64, datada de 1924, período em que a escola era denominada Instituto Ferreira Viana, finalizando com a caixa 145, com informações que remontam à Escola Industrial Ferreira Viana. Não por acaso a escola assim foi (re)nomeada, pois o Brasil nesse período passava por um grande incentivo voltado à criação de indústrias, quando era necessária mão de obra qualificada para atender a demanda que crescia no país.

A organização documental acontece de acordo com descrições do quadro de cronologia, conforme apresentado anteriormente na figura 1, cujo objetivo era identificar os períodos nos quais ocorreram mudanças de nomenclatura da instituição. Dessa forma, os documentos organizados em cada fundo estão dispostos no Centro de Memória da ETEFV da seguinte forma:



QUADRO 2 – Disposição da organização dos fundos documentais no Centro de Memória ETEFV

Identificação dos fundos	Ano	Fundo
Fundo 1	1888	Casa São José (CSJ)
Fundo 2	1916	Instituto Ferreira Viana (IFV)
Fundo 3	1933	Escola Pré-Vocacional Ferreira Viana (EPVfV)
Fundo 4	1940	Internato de Educação Técnico Profissionalizante Ferreira Viana (IETPFV)
Fundo 5	1944	Escola Arsenal Ferreira Viana (EAFV)
Fundo 6	1947	Externato de Educação Secundário Ginásial e Técnico Ferreira Viana (EESGTFV)
Fundo 7	1954	Escola Industrial Ferreira Viana (EIFV)
Fundo 8	1966	Colégio Estadual Ferreira Viana (CEFV)
Fundo 9	1972	Centro Interescolar Ferreira Viana (CIFV)
Fundo 10	1976	Colégio Estadual Ferreira Viana (CEFV)
Fundo 11	1998	Escola Técnica Estadual Ferreira Viana (ETEFV)

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

DINÂMICA DAS OFICINAS E PROPOSTAS DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS E VINCULADAS AO CENTRO DE MEMÓRIA JOSÉ DO PATROCÍNIO

A extensão, como o próprio nome sugere, visa ampliar/estender algo. No âmbito das ações extensionistas acadêmicas o que está em evidência é o conhecimento produzido na universidade, que precisa ser estendido, ampliado, compartilhado com a sociedade. Reafirmamos que a extensão universitária integra um dos pilares voltados à formação, juntamente com o ensino e a pesquisa. Em consonância com a Constituição Federal (Brasil, 1988) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 (Brasil, 1996), a



extensão busca promover a ligação entre saberes produzidos intramuros à universidade e saberes extramuros, que se configuram pelos conhecimentos produzidos na sociedade, tendo suas finalidades reforçadas na Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Tal Resolução instituiu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, considerando que, em conformidade com o Art. 4º da referida Resolução “[...] as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Pensar a extensão a partir da interação dialógica e das possibilidades formativas voltadas para a produção de conhecimento é o sentido que nos motiva a realizar atividades na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, por acreditarmos que ações extensionistas entre universidade e sociedade — neste caso específico representada pelos sujeitos da escola — só funcionam se estas forem fruto de ação coletiva.

Com esse entendimento, o projeto “Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)viendo as práticas pedagógicas”, que existe desde o ano de 2012, é renovado anualmente, pelo envio à Pró-Reitoria de Extensão de novo plano de ação, bem como o relatório de ações desenvolvidas no ano que findou. Assim, é mantido atualizado e responde à condição para concorrer a futuras bolsas. No ano de 2025, o projeto ficou entre os vinte mais bem avaliados na Universidade, no que diz respeito a ações realizadas no ano anterior, o que oportunizou a entrada de mais uma bolsista, totalizando duas. Nos anos referentes a 2023 e 2024, recorte temporal escolhido para este artigo, houve apenas uma bolsista e uma aluna voluntária.

Todas as atividades extensionistas do projeto foram planejadas envolvendo uma equipe: coordenadoras do Centro de Memória da escola; a coordenadora do projeto vinculado à Universidade; bolsistas e voluntários.

A eleição desse recorte temporal deu-se pelo fato de, o ano anterior, 2022, ter sido marcado por um período de retomadas, após a pandemia que fez com que mudássemos nossas práticas pedagógicas. Era, assim, necessário nos planejarmos, com escolhas de material a ser trabalhado, incluindo documentos e fundamentação teórica. Avaliamos que, nos anos de 2023 e 2024, conseguimos atingir os objetivos propostos no projeto.

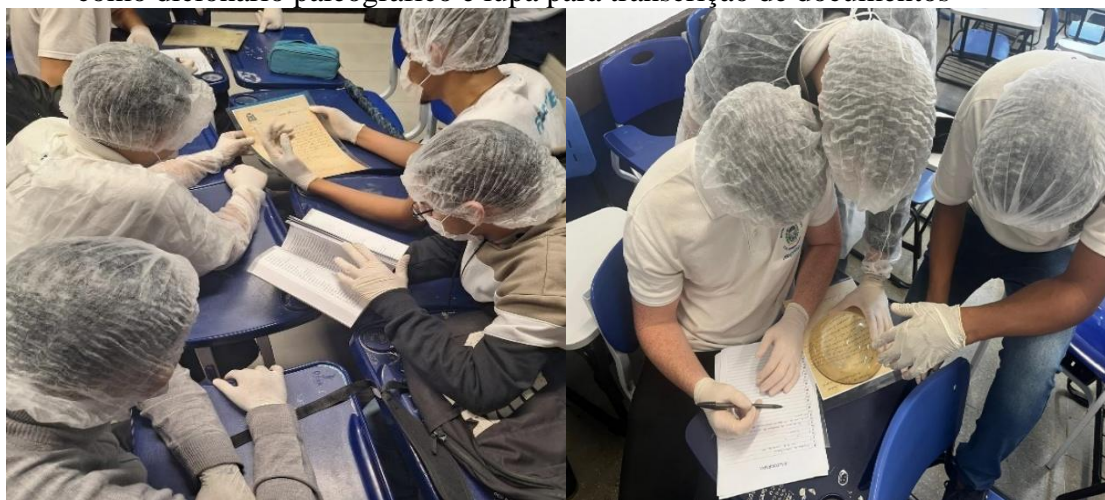
Buscando aproximar os alunos ao universo dos arquivos, especialmente, ao espaço do Centro de Memória, realizamos, após o período de recesso, as primeiras oficinas do ano, que tiveram como objetivo refletir sobre o significado do arquivo escolar e apresentá-lo como espaço de memória para os alunos, haja visto o desconhecimento por parte de alguns deles. Aproveitamos o momento para discutirmos o conceito e o significado de arquivo, arquivologia e o papel do arquivista em uma instituição. Para exemplificar, fizemos uso de documentos do



próprio Centro de Memória, a fim de apresentarmos aos alunos alguns tipos de arquivos e seus suportes (certificados de conclusão, fotografias, boletins, planos de aulas, livros e outros), promovendo diálogos coletivos, de modo a (re)significar o lugar da(s) memória(s) no contexto de produção dos saberes escolares, buscando também a tomada de consciência sobre o que é patrimônio, tecendo fios para uma conversa abordando patrimônio educativo.

Em seguida, em outro momento, com as turmas divididas em grupos, demos continuidade com as oficinas de Paleografia, tendo em vista a quantidade de documentos com escrita antiga, muitos do final do século XIX e início do século XX. Isso proporcionou uma abordagem multidisciplinar, surgindo comentários quanto ao formato da escrita, como as palavras eram escritas, o significado das palavras. Momento em que utilizaram um dicionário de terminologias da época, assim como uma lupa, para facilitar a leitura e compreensão dos conteúdos.

FIGURA 11 – Oficina com alunos do ensino médio, com a utilização de recursos como dicionário paleográfico e lupa para transcrição de documentos



Fonte: Registrada pela equipe (2024).

Essas observações foram surgindo no momento em que os alunos tentavam fazer a transcrição dos documentos, pois não era tarefa fácil. Continha uma escrita com traçado incompreensível, com palavras rebuscadas, com marcas de grafia próprias de Portugal, o que para os alunos era novidade.

Foi uma atividade que despertou bastante curiosidade nos alunos, pois se sentiam desafiados a traduzir a documentação e, ao conseguir fazê-lo, abria-se a possibilidade de iniciar explicações sobre parte da história da escola encerrada no documento transcrito, inclusive fazendo alusões aos dias de hoje, o que permitia aos alunos reflexões sobre passado e presente relacionados ao mundo escolar.



A última oficina contou com uma proposta voltada ao trabalho com documentos iconográficos, ou seja, fotografias. Algumas fotografias foram selecionadas para a atividade, todas componentes do acervo da escola. A história da escola era contada tendo como foco as fotografias que elegemos. Após a explicação, os alunos eram convidados a participar de um momento em que precisavam, a partir da visualização das fotos e das explicações dadas anteriormente, buscar a legenda que mais se aproximava do contexto de produção do documento iconográfico. Foi um exercício que demandou algumas análises, fazendo com que observassem atentamente estruturas que compunham a fotografia, a fim de atribuir uma legenda própria. Após todas as legendas inseridas nas fotos, pelos alunos, verificamos se estavam corretas, momento em que aproveitávamos para conversar sobre a história da escola, bem como sobre a importância da conservação e preservação dos arquivos.

FIGURA 12 - Alunos interagindo em grupo durante a realização das oficinas



Fonte: Registrada pela pela equipe (2024).

Notamos que as atividades desenvolvidas proporcionaram debates e interações com uma diversidade de temas que surgiram ao longo do acontecimento de cada uma, possibilitando entrecruzamento de temas, explorados a partir dos documentos selecionados, adequando-se ao objetivo das propostas. A realização das oficinas ocorreu com turmas do segundo ano do ensino médio totalizando, entre os anos de 2023 e 2024, aproximadamente 20 atividades.

**QUADRO 3** – Painel com temas trabalhados ao longo das oficinas

Arquivos, Memória, Centros de memória, História da escola Acervos escolares; Patrimônio educativo, Educação Patrimonial, Paleografia, Terminologias arquivísticas, Escrita antiga, Formatos de escrita Historiografia educacional, Equipamentos de proteção individual (EPI's), Acesso à informação, Fotografia, Documento arquivístico	OFICINA 1: Ensinar e aprender nos/com arquivos: (re)vendo as práticas pedagógicas	OFICINA 2: Escrita Paleográfica e orientações sobre equipamentos de proteção individual	OFICINA 3: Memórias da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana: a fotografia como documento arquivístico na história da educação.
---	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A proposta do projeto se mostrou tão frutífera que, além de proporcionar atividades para produção de novos saberes aos alunos da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana, ampliou possibilidades de compartilhar conhecimentos, apresentando discussões e resultados oriundos do projeto em outros espaços como a Semana Nacional de Museus, a Semana Nacional de Arquivos e outros eventos científicos, cujas temáticas versavam sobre história da educação, memória e patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências desenvolvidas a partir do contato com o Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Ferreira Viana revelaram potencialidades dos projetos de pesquisa e extensão. Em relação às atividades de pesquisa, possibilitaram aos bolsistas do curso de graduação em Arquivologia analisar a relação teoria e prática, por meio de exercícios intelectuais e técnicas que as atividades exigiam. Além disso, auxiliaram os bolsistas que cursavam o ensino médio — de iniciação científica júnior —, em suas tarefas, uma vez que não tendo acesso a conhecimento arquivístico, oportunizaram a inserção ao universo de pesquisa, por meio da troca de experiências que se estabeleceu. A bolsista de graduação que já possuía conhecimento prévio



dos métodos, pôde socializá-los com alunos do ensino médio, contribuindo para a produção de novos saberes.

Quanto à extensão, uma parte expressiva de alunos pôde ter contato com a história da escola, manuseando e lendo documentos. A partir das oficinas, os alunos puderam adquirir maior compreensão da importância de arquivos enquanto lugares de memória (Nora, 1993), revendo diferentes momentos pelos quais a escola passou. Muitos temas foram abordados durante nossas conversas. Dúvidas foram surgindo a partir da prática com o uso de documentos. Os alunos interagiam entre si, faziam perguntas no grupo, levantavam a mão com questões que emergiam de um único recurso: o documento. Foi interessante perceber na prática o quanto a educação com/para o patrimônio estimulou a aprendizagem.

Notamos que o engajamento dos bolsistas de graduação nos projetos de extensão e pesquisa revelou interesse pela produção de trabalhos de conclusão de curso voltados diretamente às atividades desenvolvidas. Quanto aos bolsistas de iniciação científica júnior, destacamos o aprendizado por meio das experiências vivenciadas, resultando em premiação de trabalho na 23ª Jornada de Iniciação Científica da Unirio, fruto da efetiva participação dos alunos/bolsistas.

Por fim, a partir deste estudo, foi possível observar que as experiências mostraram diferentes usos dos documentos, e apontaram que, para além do seu valor probatório, histórico e informativo, existe outra dimensão que se configura no caráter pedagógico, o que faz dos espaços de memória lugares férteis para a produção de conhecimentos, uma vez que os documentos constituem e justificam a existência desses espaços.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro. 2005.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em perspectiva**, Fundação Seade, v. 8, n.4, 1994.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Políticas de ação cultural e educativa nos arquivos Municipais. **Registro-Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Ano 1, jul. 2012.

BONATO, N. M. C. Os Arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de história da educação**, Maringá, n. 10, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652>. Acesso em: 15 jul. 2021.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.

COSTA, C.M.L.; FRAIZ, P.M.V. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p.63-76, 1989.

GIL, C. Z. V. Arquivos escolares e ensino de História. **Revista Criar Educação**, Criciúma, v. 1, p. 1-13, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/864/817> . Acesso em: 22 jun. 2025.

GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Priscila; MONTEIRO, Magno. Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, p. 61 – 80, 2016.

GONÇALVES, N. O arquivo histórico escolar, a Universidade e a Escola: diálogos possíveis. **Cadernos de Educação**, Pelotas, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1741/1621> . Acesso em: 22 fev. 2025.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRÜNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

LEFORT, Claude. Prefácio. In: LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARTINS, Maria do Carmo. Memória, História e Educação (apresentação). **Cadernos do CEOM**. Ano 21, n. 28, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e Cultura Material**: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89- 104, 1998.

MIRANDA, Sônia Regina. **Sob o signo da memória**: cultura escolar, saberes docentes e história ensinada. São Paulo: UNESP, 2007.



MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História de Educação**, 2005, v. 5, n. 2. p. 75-99. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161079005>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MORAES, C. S. V. Prefácio. In: ZAIA, I. B. **O Acervo escolar: Manual de Organização e Cuidados Básicos**. São Paulo: Centro de Memória FEUSP, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993.

PEREIRA, Ione; GOMES, Priscila. A redes sociais como espaços de memória: o facebook como potencial instrumento na construção de memórias escolares. **Revista P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 9, Ed. Especial, p. 348-361, jun. 2023.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, 1989.

RODRIGUES, Fernanda; GOMES, Priscila. Arquivologia e Educação: múltiplas abordagens. **Revista P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p.63-87, mar/ago. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/125216>. Acesso em: 12 mai. 2025.

VIDAL, Diana Gonçalves. Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação - Apresentação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2 (10), p. 71-73, jul./dez. 2005a. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38646/20177>. Acesso em: 06 jun. 2025a.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005b.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas e cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, set/dez, 1995. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VIAO_FRAGO.pdf. Acesso em: 08 jul. 2025.

Recebido em: 08 de outubro de 2025.
Aceito em: 15 de dezembro de 2025.